



434

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0011555-15.2013.8.17.0000(0318755-1)  
COMARCA: GOIANA  
VARA: VARA CRIMINAL  
RECORRENTES: JOSEMÁRIO NUNES DA SILVA E EGON  
BRUNO DA CONCEIÇÃO  
ADVOGADO: JOSÉ HUMBERTO ALVES DE LIMA  
DEFENSOR PÚBLICO: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉGAS  
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PEDIDO DE DESPRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DEMONSTRADOS. ALEGAÇÃO DE QUE A DECISÃO FOI LASTREADA EM ELEMENTOS COLHIDOS NA FASE POLICIAL. IMPROCEDÊNCIA. OS DEPOIMENTOS OBTIDOS NA FASE INQUISITORIAL FORAM CONFIRMADOS EM JUÍZO. EXCESSO DE LINGUAGEM. INEXISTÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DA JUSTA CAUSA. PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.**

1. Materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria devidamente demonstrados nos autos, ante os depoimentos das testemunhas em sede policial, todos confirmados, em Juízo.
2. Não merece prosperar a alegação de que a magistrada singular se excedeu na pronúncia, quando esta apenas demonstrou a justa causa para submeter os acusados a julgamento pelo Tribunal Popular.
3. Portanto, despronunciar os acusados, neste momento, afigura-se prematuro com registro de que nesta fase processual a dúvida milita em favor da



435.

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

sociedade prevalecendo o princípio *in dubio pro societate*.

4. *In casu*, as provas colhidas na fase inquisitiva e durante toda instrução criminal apontam os Recorrentes como possíveis autores do homicídio, em comento.

5. Remessa dos réus ao crivo do Júri Popular.

6. Não provimento à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0318755-1**, no qual figuram como partes: **Josemário Nunes da Silva e Egon Bruno da Conceição** de um lado, e do outro o **Ministério Público de Pernambuco**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 28.05.2014

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0011555-15.2013.8.17.0000(0318755-1)  
COMARCA: GOIANA  
VARA: VARA CRIMINAL  
RECORRENTES: JOSEMÁRIO NUNES DA SILVA E EGON  
BRUNO DA CONCEIÇÃO  
ADVOGADO: JOSÉ HUMBERTO ALVES DE LIMA  
DEFENSOR PÚBLICO: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉGAS  
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto pela defesa de **Josemário Nunes da Silva**, vulgo "**BABAU**" e **Egon Bruno da Conceição**, em face da decisão proferida, às **fls. 364/365v**, pela qual foram PRONUNCIADOS como incurso no **art. 121, § 2º, incisos II, III e IV, do Código Penal**.

Em suas razões recursais insertas às **fls. 383/385**, pugna **Josemário Nunes da Silva** por sua impronúncia, alegando, em síntese, que a decisão de pronúncia está fundamentada apenas em elementos obtidos na fase inquisitiva. Argumenta ainda, que o delito praticado não está em sintonia com as demais provas dos autos e com as provas colhidas durante a instrução criminal, pois o recorrente apenas se defendeu de uma agressão.

Às **fls. 393/394**, o Recorrente **Egon Bruno da Conceição** também pugna por sua impronúncia, ao argumento de que não concorreu para a morte da vítima, apenas tentou apartar a briga. Alega



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Terceira Câmara Criminal**



ainda, excesso de linguagem na pronúncia capaz de influir na decisão dos jurados.

Em sede de contrarrazões, às **fls. 397/401**, o Ministério Público Estadual requer que seja negado provimento ao recurso, mantendo-se a decisão de pronúncia.

Despacho de sustentação da pronúncia exarado às **fls. 417**.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, às **fls. 422/425**, opinou no sentido de ser negado provimento ao recurso.

**Por fim, consta dos autos que os acusados foram presos preventivamente, mas atualmente encontram-se soltos, em razão dos Habeas Corpus impetrados em favor dos mesmos (fls. 289).**

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

Após, inclua-se em pauta.

Recife, 15. de 5. 2014

*Cláudio*  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**



436

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0011555-15.2013.8.17.0000(0318755-1)  
COMARCA: GOIANA  
VARA: VARA CRIMINAL  
RECORRENTES: JOSEMÁRIO NUNES DA SILVA E EGON  
BRUNO DA CONCEIÇÃO  
ADVOGADO: JOSÉ HUMBERTO ALVES DE LIMA  
DEFENSOR PÚBLICO: CARLOS ALBERTO DOS SANTOS VIÉGAS  
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO  
PROCURADOR: DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA  
CAVALCANTI  
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

**VOTO**

Narra a denúncia que no dia 29/10/2006, por volta das 05:40h, nas proximidades do Bar do Gordo, Atapuz, Goiana/PE, os acusados **Josemário Nunes da Silva**, José Alcides Bezerra de Sales, **Egon Bruno da Conceição** e Amauri Bezerra de Sales executaram barbaramente com chutes e pontapés o popular Daniel Cordeiro Rodrigues.

Segundo consta da peça acusatória, a vítima estava no referido bar acompanhado de seu irmão João Paulo, onde também se encontravam os acusados. Ao sair do bar, a vítima foi agredida pelos denunciados que covardemente, de maneira brutal e sem qualquer chance de defesa, arremessaram-na contra a parede, pisoteando-a até a morte.

Narra ainda a inicial que havia uma rixa antiga entre o acusado **Josemário** e o irmão da vítima João Paulo, tendo o crime causado grande repercussão na Cidade de Goiana devido à violência exacerbada.

Passo à análise das irresignações.



437

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

**Recurso de Josémário Nunes da Silva:**

Como já relatado, pugna o Recorrente por sua impronúncia, alegando que a decisão de pronúncia está fundamentada apenas em elementos obtidos na fase inquisitiva. Argumenta ainda, que o delito praticado não está em sintonia com as provas colacionadas aos autos, nem com as colhidas durante a instrução criminal, pois o recorrente apenas se defendeu de uma agressão.

Pois bem.

Como sabido, a decisão de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação de crimes dolosos contra a vida, para posterior julgamento pelo Tribunal do Júri, que é o juiz natural da causa. Para a pronúncia, basta o juiz se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja seu autor, apresentando as razões de seu convencimento.

No presente caso, a materialidade delitiva vem comprovada pelo Laudo de Perícia Tanatoscópica de **fl. 53**.

Quanto aos indícios de autoria, necessários à pronúncia, os mesmos podem ser imputados ao Recorrente **Josemário Nunes da Silva**, vulgo "**Babau**", consoante se infere dos depoimentos prestados em Juízo pelas testemunhas presenciais **Elisângela Marques Chagas da Silva, Ronaldo Paulo Pereira da Silva, Simone Kristine da Silva, Betânia Maria de Oliveira e João Salvador de Santana Filho**.

Para melhor análise da questão, vejamos os seguintes trechos dos depoimentos acima mencionados:



438

**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Terceira Câmara Criminal**

*"(...) que em seguida a depoente e seu esposo foram ao local e ainda encontraram Amauri dando chutes em Daniel que se encontrava caído no chão; (...) que Daniel e nem João Paulo não estavam armados; que somente após as informações de que a vítima tinha falecido foi que os acusados se evadiram do local; (...) que Egon é tio da noiva do primeiro acusado; que Egon também praticou as agressões que deram causa ao óbito da vítima; (...) que não foi utilizado nenhum instrumento para a prática do crime, pois as agressões foram todas praticadas com socos e pontapés; (...) que os acusados ainda estavam agredindo a vítima quando o marido da depoente conhecido por Ronaldo foi intervir, sendo empurrado por Egon arremessando-o contra o muro e ferindo o braço do esposo da depoente; (...)." Depoimento prestado, em Juízo, pela testemunha **Elisângela Marques Chagas da Silva**, às fls. **301/302**.*

*"(...) que ao saber da confusão correu para o local; que lá chegando estavam todos ao redor da vítima que se encontrava caída ao chão sem sentidos, (...) que os fatos foram presenciados pela testemunha conhecida por "Bel"; (...) que Bel informou que todos os acusados espancaram a vítima; (...)." Depoimento prestado, em Juízo, pela testemunha **Ronaldo Paulo Pereira da Silva**, às fls. **302/303**.*

*"(...) que no dia dos fatos Daniel chamou Josemário para conversar fora do bar sendo acompanhado pelos demais acusados e por João Paulo; que em dado momento, todos passaram a entrar em luta corporal; que quem bateu na vítima foi Zé; (...)." Depoimento prestado, em Juízo, pela testemunha **Simone Kristine da Silva**, à fl. **303**.*



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

439

*"(...) que viu os meninos brigando uns com os outros; que presenciou quando "Zé" chutava Daniel no abdômen, mesmo já estando o último já caído; (...)." Depoimento prestado, em Juízo, pela testemunha **Betânia Maria de Oliveira**, à fl. 324.*

*"(...) que presenciou "Babau" correndo atrás de João Paulo com uma faca, até ser impedido por Luiz que tomou-lhe a arma; (...)." Depoimento prestado, em Juízo, pela testemunha **João Salvador de Santana Filho**, à fl. 324.*

Pois bem.

A alegação de que a decisão de pronúncia lastreou-se apenas nas provas obtidas na fase do inquérito policial não merece prosperar.

O Superior Tribunal de Justiça já decidiu no sentido da possibilidade de se admitir pronúncia de acusado com base em indícios derivados de provas colhidas no inquérito policial e que não foram rechaçadas em Juízo. É exatamente a hipótese nestes autos. Todos os depoimentos das testemunhas colhidos na fase inquisitiva foram confirmados durante a instrução criminal, conforme se vê, às **fls. 301, 302, 323 e 324**, em consonância com o entendimento do Pretório Excelso.

No ponto, confira-se o seguinte julgado:

*(...); 1. Esta Corte Superior de Justiça já decidiu no sentido da possibilidade de a pronúncia ser fundamentada em provas colhidas no inquérito policial e que não foram rechaçadas na instrução contraditória.*

*2. Não obstante, a pronúncia do Paciente não está fundamentada apenas em elementos informativos colhidos na fase inquisitorial, mas se amparou também no interrogatório do Paciente realizado durante a instrução, sob a garantia do contraditório.*

*(...);*





**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Terceira Câmara Criminal**

**(STJ- HC 242.231/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA  
TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 19/11/2013).**

No que tange à alegação de que o delito praticado não está em sintonia com as demais provas dos autos e com as colhidas durante a instrução criminal, pois o recorrente apenas se defendeu de uma agressão, também não merece amparo, ante o teor dos depoimentos das testemunhas de vista inquiridas, como já demonstrado acima, onde se percebe que o Recorrente e os demais acusados entraram em luta corporal com a vítima que foi violentamente espancada até a morte.

Nesse contexto, a presença de dúvidas razoáveis quanto às linhas de argumentação entre a defesa, no sentido de que o acusado agiu para se defender, e a acusação, deve, por ordem constitucional, ser dirimida pelo Tribunal do Júri, órgão competente para julgar o mérito das ações que versam sobre os crimes dolosos contra a vida.

**Recurso de Egon Bruno da Conceição:**

O Recorrente acima também pugna por sua impronúncia, ao argumento de que não concorreu para a morte da vítima, apenas tentou apartar a briga. Alega ainda, excesso de linguagem na pronúncia capaz de influir na decisão dos jurados.

A tese defensiva de que o acusado **Egon Bruno** não concorreu para a morte da vítima não se coaduna com o conjunto probatório aduzido.

A testemunha presencial **Elisângela Marques Chagas da Silva**, em Juízo (**fls.301/ 302**), ratificando seu depoimento prestado perante a autoridade policial (**fl. 21**), declarou que o acusado **Egon** também praticou as agressões que deram causa à morte da vítima. Relatou,



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

441

inclusive que seu marido foi tentar apartar a briga, mas foi empurrado contra o muro por **Egon Bruno**.

**Ronaldo Paulo Pereira da Silva**, ao prestar depoimento em Juízo, às **fls. 302/303**, mencionou que todos os fatos foram presenciados pela testemunha "Bel" e que "Bel" informou que todos os acusados espancaram a vítima.

Quanto à alegação de que a magistrada *a quo* ao decidir pela pronúncia dos acusados adentrou no mérito da questão, transcrevendo trechos e tecendo comentários, o que poderia influenciar a decisão dos jurados, tem-se que ao contrário do que afirma a defesa, a decisão de pronúncia, ora impugnada, limitou-se a demonstrar a justa causa para submeter o acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri, elencando os motivos que levaram a pronunciar os Recorrentes, referindo-se às provas constantes dos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas presenciais, na fase inquisitiva e que foram confirmados, em Juízo, como já exaustivamente demonstrado.

Logo, não há como se sustentar o alegado excesso de linguagem da pronúncia, na medida em que esta se restringiu à indicação das provas de onde podem ser extraídos os requisitos de admissibilidade da acusação.

Sobre o tema:

*"(...) 3. Não há excesso de linguagem na sentença de pronúncia se da leitura da decisão impugnada não se pode extrair exagero algum capaz de desvirtuar a parcialidade no julgamento pelo Júri, limitando-se o Juiz a reconhecer a existência do fato e a presença de indícios suficientes de autoria, ao passo em que faz referência aos elementos contidos nos autos apenas para demonstrar a viabilidade da acusação, sem emitir juízo de valor sobre as provas colhidas. (...)." (STJ- HC 123063/SE, Rel. Ministro NAPOLEÃO*



442

**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio  
Terceira Câmara Criminal**

**NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em  
04/02/2010, DJe 08/03/2010).**

Em que pese a negativa de autoria sustentada pelos Recorrentes, **Josemário Nunes da Silva e Egon Bruno da Conceição**, existem nos autos indícios suficientes de serem estes prováveis autores do crime, em comento.

Assim, despronunciá-los, neste momento, afigura-se prematuro, com registro de que, nesta fase processual, a dúvida milita em favor da sociedade, onde tem prevalência o princípio *in dubio pro societate* e não o *in dubio pro reo*.

Nesse sentido:

*"(...); I – Em se tratando de crime afeto à competência do Tribunal do Júri, o julgamento pelo Tribunal Popular só pode deixar de ocorrer, provada a materialidade do delito, caso se verifique ser despropositada a acusação, porquanto aqui vigora o princípio in dubio pro societate.*

*II - Diferente do que ocorre em relação à sentença condenatória, a decisão que pronuncia o acusado exige, tão somente, a presença de indícios de autoria, além de prova da materialidade do delito. Indícios estes que, por sinal, podem derivar de provas colhidas durante o inquérito policial. (Precedente do STF).*

*Writ denegado. Liminar cassada" . (STJ-Resp 53888/PR, 5º Turma, Rel. Min. FELIX FISHER, DJe de 21.05.2007).*

Deve-se ainda ressaltar, por oportuno, que nesta fase do procedimento não há a mesma exigência de prova cabal da autoria como ocorre no encerramento do *iudicium accusationis* perante o MM. Juiz Singular, assim como não é necessária a existência de testemunhas presenciais do fato para que haja pronúncia, porquanto, somente se exige que estejam demonstrados vestígios de autoria, o que,



443

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Terceira Câmara Criminal**

efetivamente, ocorreu no feito, no qual esta restou atribuída aos Recorrentes.

Irreparável, portanto, o entendimento firmado na decisão combatida, que ao vislumbrar elementos mínimos de autoria e materialidade delitiva, encaminhou a solução da controvérsia à Corte Popular.

Com esses fundamentos, **voto para negar provimento ao Recurso.**

Recife, 28.05.2014

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**  
**Relator**